

ORAÇÕES DE SAPIÊNCIA

UNIVERSIDADE E CONHECIMENTO. O LUGAR DAS HUMANIDADES

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MEIRINHOS

**FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
PORTO 2009**



UNIVERSIDADE E CONHECIMENTO.

O LUGAR DAS HUMANIDADES

LIÇÃO DE SAPIÊNCIA PROFERIDA PELO

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MEIRINHOS

SESSÃO SOLENE NA ABERTURA DO ANO ACADÉMICO 2009-2010

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

3 DE DEZEMBRO DE 2009

Ficha Técnica

Título: *Universidade e conhecimento. O lugar das Humanidades*

Autor: **José Meirinhos**

Edição: **Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

© Copyright - 2009 - Faculdade de Letras e Autores

Colecção: **Orações de Sapiência**

ISSN: **1646-2149**

Concepção Gráfica: **Sereer, soluções editoriais**

Tiragem: **300**

Depósito legal: **304223/10**

ISBN: **978-972-8932-54-1**

Universidade e conhecimento. O lugar das Humanidades

Ex.mo Senhor Reitor da Universidade do Porto, Prof. Doutor José Marques dos Santos,
Ex.ma Senhora vice-Reitora da Universidade do Porto, Prof.^a Doutora Maria de Lurdes Correia Fernandes,

Ex.mo Senhor Director da Faculdade de Letras, Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves,
Ex.ma Senhora Presidente do Conselho Científico, Prof. Doutora Fátima Marinho Saraiva,

Ex.mo Senhor Presidente do Conselho Pedagógico, Prof. Doutor Carlos Azevedo,

Ex.mo Senhor Presidente da Associação de Estudantes, Estudante Rúben Coelho,

Ex.mos membros do Conselho Directivo,

Ex.mos membros de conselhos directivos de outras faculdades,

Caras e caros colegas: docentes, investigadores e funcionários,

Caras e caros estudantes,

O Senhor Director da Faculdade e o Conselho Directivo tiveram a gentileza de me convidar para, nesta sessão de abertura do ano lectivo de 2009-2010, me dirigir aos presentes sobre os desafios que se colocam à vida universitária, tendo em conta a experiência recente do ensino superior, das mudanças legislativas e estatutárias, do desenvolvimento da investigação, das alterações de planos de estudos. Dada a honra própria desta tarefa e por inconsciência não resisti o suficiente e por isso me vejo aqui. Para tratar o tema que me foi proposto, escolhi fazer uma intervenção sobre a actualidade das faculdades de Letras, tema que certamente nos preocupa a todos, tomando como título «Universidade e conhecimento. O lugar das Humanidades». Embora queira mostrar que as questões estão interligadas, falarei primeiro do conhecimento e depois das Humanidades, de nós em particular.

O meu propósito é modesto: abandonar o plano da proclamação retórica das virtudes da Universidade ou do simples diagnóstico de supostas malfeitorias que nos manietam e tentar encontrar nós de convergência onde possamos construir iniciativas que

transformem uma situação que, no plano institucional e científico é de impasse e no plano sócio-profissional é, pelo menos, de mal estar. Aconselharei sobretudo uma posição reivindicativa. Creio que é por aí que temos que enveredar, por isso as reivindicações serão multilaterais.

I. As muitas maneiras de falar da universidade e das Humanidades

O meu contributo é pois, limitando-se a repetir e a trilhar o óbvio, aproveitar a solenidade do momento para recordar coisas simples, abandonando a dupla pretensão de consensualizar tudo e de tratar todos os assuntos. Da primeira resultaria seguramente uma quieta inacção e pela segunda não resistiríamos ao cansaço da enumeração. Tomo para mim este privilégio de me terem colocado num lugar em que me pedem que fale, sem ter que assumir responsabilidade para fazer. E há muitas maneiras gerais de falar das humanidades, da Faculdade de Letras, da Universidade.

6

Em qualquer Faculdade de Letras há hoje sérias razões para a depressão e a decepção com o estado a que a Universidade nos levou. Multiplicam-se os sinais de desprezo pelas Humanidades, assiste-se com impotência à falta de interesse ou de capacidade dos nossos dirigentes para resolver as questões mais básicas quanto ao reconhecimento da nossa especificidade. De modo deliberado ou negligente são continuamente retirados às faculdades, sobretudo às que menos poder real ou simbólico detêm, financiamentos indispensáveis a um desempenho digno. A desmoralização dos docentes é acentuada pelo afogamento em tarefas burocráticas intermináveis. Exige-se de um modo crescente que a investigação seja pervertida em caça às receitas. Multiplica-se o número de horas de docência, em cada vez mais unidades curriculares, para trabalhar com turmas de dimensão variável e com estudantes desmotivados ou mal preparados. Faltam na universidade funcionários competentes que lhe permitam desempenhar com eficácia as suas funções. A sociedade e o poder olham com crescente desprezo e sobrançeria as Humanidades por não contribuírem de modo produtivo para o desenvolvimento da sociedade e da economia e por não prepararem de modo adequado os estudantes. A universidade é abandonada à sua sorte, não lhe sendo dado o apoio que sustente o crescimento ou pelo menos a manutenção dos financiamentos públicos. Em simultâneo, os sucessivos governos abusam da debilidade institucional das universidades cortando financiamentos, o que só pode agravar todas as disfunções da instituição. As Humanidades são deliberadamente excluídas dos programas de financiamento massivo e de internacionalização, orientados para as áreas da gestão, da ciência comercializável e da saúde. Internamente, as universidades continuam capturadas por um sistema hierárquico e endogâmico incapaz de adoptar procedimentos de recrutamento, promoção e carreira transparentes, justos e equitativos. No plano do saber e da ciência que lhe compete criar a universidade não está a desvencilhar-se melhor, e isso é mais notório justamente na vizinhança da área das Humanidades, que perdem de modo acelerado muito do seu prestígio científico e da sua anterior autoridade para franjas de actividade com maior capacidade de produção de informação socialmente reconhecida. As faculdades de Letras têm uma competição forte, com

a qual não sabem lidar, dos meios de comunicação, das empresas de formação e prestação de serviços culturais, da indústria editorial.

Este é um discurso possível sobre a condição universitária e das humanidades nos dias de hoje. Parece-me até que não exagerei nos tons porque creio que isto é o que todos mais ou menos ouvimos e dizemos aqui e ali.

Contudo, não compartilho a visão negativa que acabei de fazer do estado da universidade e das humanidades. A meu ver ela é muito parcial, tem mais de pessimismo conformista que de subversivo e falta-lhe *élan* visionário para construir alternativas. Feita de lamentos por situações pontuais, padece do erro da generalização que uniformiza a incompetência e a competência e, por isso, é sobretudo desculpabilizadora da incompetência e do demissionismo. É muito injusta para com os que, em diferentes níveis e responsabilidades, assumem a gestão da instituição e se empenham nas suas funções, muitas vezes para lá do exigível.

Essa é uma visão das coisas simplista que não tem em conta que já não podemos ver a universidade como a instituição ideal que por vezes julgamos que terá sido ou que poderia ser. A universidade nunca foi o que em cada momento os seus actores julgaram que era. Em oitocentos anos de história, esta instituição de criação medieval que é a universidade, esteve sempre e em constante reforma. Não podia ser de outro modo, porque as sociedades nas quais a universidade se consolidou assumindo ou recebendo a função de criar, preservar e transmitir conhecimento, estão elas próprias, em resultado de dinâmicas políticas, sociais, económicas, sempre a dar-lhe retribuições diferentes e a pedir-lhe para assumir tarefas novas. A universidade, enquanto instituição do conhecimento, sempre foi uma forma de poder ao serviço de outro poder. Para piorar o quadro, na nossa experiência nacional a universidade sempre foi uma instituição sob tutela régia ou governamental, por isso diminuída na sua função. Só nas décadas mais recentes lhe foi dada autonomia^[1], a qual, progressivamente, parece ter como contrapartida a desresponsabilização do Estado em assegurar o financiamento integral da sua actividade. Quando, num salto de progresso e civilização, o Estado passou a assumir novas responsabilidades sociais (como a escolaridade obrigatória, a saúde, a segurança social e as pensões de reforma, os transportes, o bem estar urbano, o direito a pelo menos um rendimento de subsistência) os recursos tornaram-se mais escassos para a universidade e, não nos iludamos, tenderão a rarefazer-se ainda mais se não fizermos nós próprios o trabalho para os obter e garantir.

No pseudo diagnóstico que propus e que espontaneamente tendemos a fazer em resposta às agruras da realidade com que em cada momento nos confrontamos, estão em causa, sem dúvida, pontos sensíveis para podermos compreender a natureza da

[1] Apesar de a autonomia das universidades estar consagrada no nº 2 do art. 76 da Constituição da República Portuguesa de 1976 (artigo que se manteve em vigor nas sucessivas revisões), a primeira lei da autonomia das universidades públicas portuguesas data de 1988 (Lei 108/88, de 24 de Setembro 1988), que pela primeira vez consagra a eleição do reitor, por escrutínio secreto em assembleias constituídas em cada universidade.

universidade e dos seus impasses, ou o lugar e funções possíveis das Humanidades. Poderíamos analisar cada um deles, mas, como já muitos outros o fizeram, creio que aqui poderemos tentar compreender o lugar das Humanidades pensando-as no quadro das relações gerais entre universidade e conhecimento.

O que distingue a universidade de outras instituições é a sua natureza, finalidade e organização. Não existe uma definição ou um modelo únicos de universidade e a sua diversidade histórica e organizacional é notável. Cada universidade é hoje aquilo que faz de si mesma ou que consegue que a deixem fazer. Também em Portugal, no Porto ou em qualquer outro lugar, a universidade tem que trabalhar árdua e persistentemente para realizar-se, como numa corrida de fundo sem fim em que é preciso estar sempre a sprintar. Por isso, fazendo-o em comunidade e com objectivos comuns é mais fácil consegui-lo.

A Universidade do Porto nos Estatutos publicados em 2009 definiu em oito alíneas os fins que guiarão o seu desenvolvimento nos próximos anos. Leio os 3 primeiros porque explicitam compromissos que nos interessam muito:

«1 – A Universidade do Porto prossegue, entre outros fins, os seguintes:

- a) A formação no sentido global – cultural, científica, técnica, artística, cívica e ética – no quadro de processos diversificados de ensino e aprendizagem, visando o desenvolvimento de capacidades e competências específicas e transferíveis e a difusão do *conhecimento*;
- b) A realização de *investigação científica* e a criação cultural e artística, envolvendo a descoberta, aquisição e desenvolvimento de saberes e práticas, de nível avançado;
- c) A valorização social do *conhecimento* e a sua transferência para os agentes económicos e sociais, como motor de inovação e mudança».^[2]

A Universidade do Porto coloca, assim, no centro da sua missão o conhecimento e a investigação científica. Não o faz atribuindo a uns a função de ensinar ou de formar, a outros a de transferir conhecimento e a outros a de produzir ciência. A todas as unidades competem todos estes fins e contribuir para a sua realização.

Assume-se, assim, que a Universidade do Porto, as suas unidades e os seus serviços, se realizam pela criação de conhecimento inovador e crítico (nos domínios científico, cultural, artístico, técnico), pela valorização do conhecimento (nos planos social, cívico e ético), pela transferência de conhecimento (no ensino, na formação pessoal, na prestação de serviços).

A concretização destes fins obriga a universidade a sair do plano ideal das formalidades e a organizar-se para poder realizar a sua missão no nosso tempo e nas condições históricas e económicas que são as nossas. Já o sabemos, a realidade é sempre muito

[2] Itálicos meus, art. 1, n.º 1 dos *Estatutos da Universidade do Porto* (aprovados pela Assembleia Estatutária, ao abrigo do Regime jurídico das Instituições do Ensino Superior em Dezembro de 2008), Despacho normativo n.º 18-B/2009, publicado em *Diário da República*, 2ª série, n.º 93 (14 de Maio de 2009) pp. 19106-(12)-19106-(27).

mais dura que as abstrações legais ou os planos de actividades. E como a universidade ou os seus agentes estamos longe de ser perfeitos e de ser exclusivamente racionais, também a universidade já não paira sobre a sociedade, nem detém qualquer privilégio que por decreto ou consentimento a torne mais perfeita que as demais instituições ou isenta de condicionalismos e constrangimentos. A universidade existe com os seus defeitos, os seus méritos, as suas forças, os seus bloqueios, os seus projectos. Mais que outras instituições, a universidade tem a obrigação de o perceber, de se estudar, de se inventar a cada momento, de servir de instância crítica e de renovação. Da sua capacidade de se construir como espaço de criação, como agente de inovação, como modelo de liberdade crítica, como exemplo de eficácia e de responsabilidade social, resultará o prestígio e a relevância da universidade. A universidade já não está investida de um capital simbólico que não precisa de justificar. Hoje é necessário que a universidade, sobretudo a universidade pública como a que defendo, evidencie os seus méritos e mostre que merece o financiamento que recebe, devolvendo à sociedade conhecimento e contribuindo para um desenvolvimento equilibrado que traga bem estar aos cidadãos.

Qual é então a relação entre a universidade e o conhecimento? E como é que a resposta a essa questão pode ajudar a resolver o impasse institucional e financeiro em que se encontram as faculdades de Letras ou Humanidades? A reflexão que aqui me proponho fazer é obviamente marcada pela minha experiência pessoal numa Faculdade de Letras que tem uma organização e departamentos que em outras universidades não existem ou estão em outras faculdades. Não é uma reflexão com pretensão teórica a servir de modelo transferível para todos os casos. Transgrido, assim, aquilo que nestas condições é esperado que faça, isto é, que fale a partir do meu domínio de saber académico, que é a Filosofia Medieval. A universidade medieval, creio, teria pouco a ensinar-nos como modelo, por isso se encontra superada, embora seja de todo o interesse conhecer melhor a sua história e resultados. Nos nossos dias a discussão das relações entre universidade e conhecimento assumiu já outro rumo. Tendo presente que a esfera do conhecimento inovador se estende hoje muito para lá dos muros da universidade, as propostas que aqui exponho resultam sobretudo do cruzamento entre vectores epistemológicos e institucionais nas suas dependências recíprocas^[3].

Os filósofos discutem há dois milénios o que é *conhecimento* e quais são as suas modalidades, os seus objectos, as suas fontes. Embora o filósofo a rejeitasse por lhe parecer insuficiente, tomemos aqui a acepção simples e tripartida que Platão propôs no diálogo *Teeteto* ao definir “conhecimento” como «juízo verdadeiro acompanhado da sua explicação»^[4]. Recuperada recentemente, a definição de Platão deu origem a

[3] Uma outra conjugação do binómio universidade / conhecimento, discutida nas suas relações em chave histórica e filosófica no plano da ciência, pode ser lida em F. Gil, «A Universidade e o conhecimento», Colóquio *A Universidade de Lisboa: Da ideia de Universidade às Práticas Institucionais*, Lisboa 29-30 de Dezembro de 1999: <http://cie.fc.ul.pt/seminarioscie/universidade/fgil.htm>

[4] Platão, *Teeteto*, 201d, trad. A. Lobo Vilcla, Seara Nova, Lisboa 1946, p. 129 (parece-me menos acertada a tradução de A. M. Nogueira e M. Boeri, em Platão, *Teeteto*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2005, p. 302: «o saber é opinião verdadeira acompanhada de justificação», que é mais conveniente à reformulação

novas discussões para se perceber se descreve todos os casos ou se há alguns que lhe fogem e parece que alguns lhe fogem mesmo^[5]. A história da Filosofia oferece muitas alternativas para cada um dos elementos desta definição. Mesmo tendo em conta todas as discussões posteriores em teoria do conhecimento sobre a natureza e a origem do conhecimento, a definição pode ser operativa e de alguma utilidade, em primeiro lugar porque pode ser aplicada a todos os domínios do saber, nenhum excluindo, assim como aponta o que há de comum e universal no conhecimento, que é a sua forma e o seu fim. É *conhecimento* se for detido por alguém (subjectivo ou colectivo) ou transmitido de modo a ser partilhado, precisando ainda ser “verdadeiro”, isto é corresponder ao que é e que esteja fundamentado numa justificação ou explicação que mostre como e em que circunstância é o que se conhece. Aquilo que se pode conhecer é aquilo de que pudermos dar explicação, sendo esta a fundamentação, chamemos-lhe científica ou partilhável, do conhecimento. Trata-se antes de mais de excluir quer aquilo de que não pode ser dada explicação, quer certas formas “imperfeitas” de conhecimento como o erro ou a opinião, quer os conteúdos mentais não epistémicos como os desejos, as emoções, o onírico. De alguma forma, pela necessidade da explicação, o conhecimento que rejeita a ambiguidade, a falsidade, a arbitrariedade, a circularidade das argumentações, as coincidências do acaso, implica uma confiança na razão e a recusa do dogmatismo e do cepticismo, pelo menos nas suas formas mais radicais. É assim que o conhecimento organizado em ciências ou em disciplinas põe em prática formas sistemáticas de categorizar e de explicar objectos e estados de coisas. Esses recursos, sejam eles metódicos ou erráticos, não são uniformes ou imutáveis, nem rígidos nem amorfos. Da tensão permanente entre o conhecimento existente e as lacunas que ele abre, tensão que as ciências exploram de modo sistemático, nasce a inovação, seja ela considerada nos planos sincrónico ou diacrónico.

Contudo, abandonemos a ilusão de que tudo o que a universidade faz é conhecimento e que todo o conhecimento é igual entre si. Não é assim. No cerne de toda a actividade cognitiva ou de toda a ciência há muito desperdício e o trilhar de muita pista falsa, mas é assim que o conhecimento e a inovação se constroem. São as múltiplas revisões e metamorfoses da explicação que, em última instância, suscitam a competição entre teorias alternativas e também a distinção entre domínios científicos. É também

em voga na filosofia analítica, mas menos fiel ao original). Platão rejeita a definição por, aparentemente, não se referir de modo conveniente ao que entende ser o objecto próprio da *episteme* / *ἐπιστήμη*, que são as formas ou *eide* separadas da matéria, apreendidas de modo adequado com o auxílio da dialéctica ascendente, que o filósofo domina como nenhum outro. Aristóteles fará a crítica da posição de Platão sobre o objecto do conhecimento verdadeiro, concluindo que o conhecimento científico é o conhecimento das causas, explicando, por exemplo nos *Análiticos posteriores*, que a *episteme* é um conhecimento demonstrativo, sendo a sua fonte a sensação, a que se segue a abstracção do geral, realizada por comparação intelectual das experiências empíricas, e não por apreensão intuitiva como defendia Platão. Estas duas posições, cujo confronto se prolonga na história da filosofia e das teorias do conhecimento, dizem respeito sobretudo ao conhecimento teórico e não ao conhecimento prático (*praxis*) ou à técnica (*techné*).

[5] Cfr. E. Gettier, «Is Justified True Belief Knowledge?», *Analysis*, 23 (1963) 121-123. Para uma discussão das excepções, ou “casos Gettier”, ver por exemplo R. Chisholm, *Theory of Knowledge*, 2ª ed., Prentice Hall, Englewood Cliffs 1977, cap. 6.

por essa razão que o conhecimento se institucionaliza na universidade, segundo os interesses da divisão social do trabalho, em escolas ou faculdades e no interior destas em departamentos, estes em disciplinas, que se desmultiplicam em programas, módulos, tópicos, problemas, argumentos, conceitos. Nesta sua veste, o conhecimento corporizado em organização profissional é, muitas vezes, um obstáculo à própria inovação, sobretudo se se acantonar nas divisões e nos espaços de autoridade que constrói para si (e que é uma das marcas dogmáticas mais persistentes da universidade). As organizações rígidas, como a universidade muitas vezes foi e é, sufocam a pura curiosidade ou o aflorar dos problemas arriscados, onde a repetição de receitas velhas é de pouca utilidade. Esse é um risco que convém vigiar de perto, porque ao conhecimento abre-se um mundo sempre novo, sempre em crescimento. Pode ser um dos paradoxos do conhecimento, mas a busca sem fim tem sido isto mesmo: quanto mais extenso for o conhecimento mais serão também as fronteiras do desconhecido, melhor saberemos que é sempre mais o que ainda falta conhecer. A universidade está hoje exposta a outras formas de rigidez, que contrariam a necessária abertura ao conhecimento pelo conhecimento, se não souber proteger-se dos interesses industriais ou de comércio quase sempre mais focados no “segredo” que dá lucro, do que na partilha e busca desinteressada pelo bem comum.

Na sua acepção externa as Humanidades^[6] correspondem a um destes domínios do conhecimento, no geral herdeiro das faculdades medievais de Artes e do que delas ainda não se foi autonomizando^[7]. No nosso caso inclui-se aqui uma grande e rica diversidade de domínios do conhecimento: as Línguas e literaturas, os Estudos culturais, a Linguística, a História e a política, a Geografia, a Sociologia, a Comunicação e a informação, a Arqueologia e o património, a História da arte, a Filosofia. Bem diferentes entre si pelo objecto, métodos, história, estas disciplinas científicas concorrem para a construção de um edifício frágil nos seus equilíbrios mas sólido em resultados, a que poderíamos juntar as artes ou mesmo outras ciências sociais que estão em outras faculdades.

Recortando e recompondo o conhecimento, o que internamente caracteriza o campo das Humanidades é sobretudo a sua natureza auto-reflexiva, é o ocupar-se da discussão crítica do próprio conhecimento e do modo como os objectos do conhecimento são compreendidos e explicados, sejam eles a língua, a literatura, o espaço, o ambiente, o tempo, os símbolos, as formas, o pensamento. Nesta acepção, todas as formas de conhecimento (teórico, prático, técnico) que integrem a criação de sentido e a reflexão sobre si mesmas podemos considerá-las como Humanidades. As Humanidades não são as únicas que colocam o próprio conhecimento como seu objecto primeiro, mas

[6] Para o presente propósito, em que o que interessa é a situação institucional das Humanidades residentes na Faculdades de Letras e desta no âmbito da Universidade e da sociedade, não parece fulcral criar uma distinção técnica entre “humanidades” e “ciências sociais”. A tarefa poderia estar votada ao fracasso como o mostra a nossa tradição, onde é habitual falar-se em “Ciências sociais e humanas”.

[7] Cf. H. de Ridder-Symoens (coord.), *Uma história da universidade na Europa*, vol. I: *As universidades na Idade Média*, trad., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 1996; vol. II: *As universidades na Europa Moderna (1500-1800)*, ibidem 2002; não se encontra ainda traduzido o vol. III: *Universities in the Nineteenth and Early Twentieth Centuries (1800-1945)*, Cambridge University Press, Cambridge 2004, onde ainda não está publicado o IVº e último volume.

a intensidade com que o fazem e o modo como o integram na formação e nos seus resultados de investigação coloca-as numa posição privilegiada para se articularem como todos os domínios do conhecimento e da acção humanos. Daí a sua condição as habilitar para ter um papel insubstituível de articulação no interior da universidade. As Humanidades lidam com objectos e modos de conhecimento extensamente mais apropriáveis por todos os agentes racionais, por estarem na base de toda a acção cognitiva e social.

As Humanidades caracterizam-se por incorporar na sua prática o meta-conhecimento e, por isso, podem fornecer à universidade algo que é próprio e indispensável ao progresso em ciência: a capacidade e a prática para articular entre si domínios do conhecimento, para compreender o próprio conhecimento, as suas vertentes simbólicas e metodológicas, subvertendo-as no que tenham de caduco e assim criar o novo. Por essa razão as Humanidades são indispensáveis a um conhecimento científico e técnico que se quer sólido mas em permanência aberto à mudança, para o que precisa fazer a crítica dos seus limites e das suas possibilidades, no plano dos fundamentos, da utilidade, da comunicação, da aplicação.

12

A universidade e em particular as faculdades de Letras ainda não incorporaram de modo suficiente o elevado papel de formação que pode ser o seu, com vista ao desenvolvimento de ciências teoricamente mais robustas, metodologicamente mais inovadoras e socialmente mais presentes. As Humanidades estão longe de ser a quintessência do conhecimento ou uma panaceia perene para o que corre mal, mas são parte indispensável das soluções assentes em conhecimento que queiramos construir. Por isso, não devem esconder ou ignorar, no modo como se apresentam, o quanto são treinadas e aptas para, pela formação, desenvolver capacidades e competências de espectro mais amplo e mais satisfatórias no plano da realização social e individual dos cidadãos. Precisamos apenas de nos fechar um pouco menos sobre nós próprios e de explorar de modo mais sistemático algumas das possibilidades com que o nosso tempo nos confronta. São necessárias aberturas ao exterior, trazendo-o também para dentro das nossas disciplinas e da nossa prática académica e institucional. Devemos utilizar melhor o capital de inovação e de intervenção detido por estudantes, funcionários, investigadores, docentes. Esse programa de acção não está livre de escolhos e uma navegação mais tranquila precisa de os assinalar, se possível usando-os a nosso favor como combustível propulsor.

II. Lugares das Humanidades

Falarei então de alguns desses aspectos da realidade que nos estragam os planos de uma universidade ou faculdade ideais, livres de constrangimentos, sem condição, mas que devem contribuir para a mudança ou para preservar o que funciona bem e tenha bons resultados: (1) o financiamento, (2) a avaliação da ciência, (3) os limites das disciplinas, (4) a ocupação do tempo, (5) os espaços de trabalho.

A nossa probabilidade de cometermos erros, seja a que nível for, é enorme. É até infalível que cometeremos e cometeremos erros nas nossas decisões e na nossa acção. Por isso, a universidade como instituição de conhecimento e para o desenvolvimento

da sua missão precisa de conduzir-se combinando prudência e ousadia, olhando para si e para fora de si.

1. Humanidades e financiamento

O financiamento é um dos problemas que mais constrangimentos causa ao desenvolvimento das Humanidades e às faculdades de Letras. É por essa via que a sua sobrevivência e viabilidade pode ser mesmo posta em causa.

Num editorial que publicou em Fevereiro de 2009^[8], Susan Hockfield, presidente do Massachusetts Institute of Technology (MIT), mostrava que o século XX experimentou um desenvolvimento extraordinário em resultado do investimento federal dos E.U.A. em investigação básica, primeiro nas áreas de convergência entre a engenharia e as ciências físicas (com grandes resultados em exploração espacial, telecomunicações, desenvolvimento económico, reinvenção dos processos de trabalhos), depois, com a revolução nas ciências da vida que se seguiu à descoberta do DNA, assistiu-se ao desenvolvimento das indústrias biotecnológicas. Defende Hockfield que em resultado destas duas revoluções está em curso uma terceira revolução, agora de convergência entre as ciências da vida, da física e da engenharia, criando novos domínios de futuro como a bioengenharia e a biomedicina. A finalidade do texto não é historiar desenvolvimentos recentes das ciências, ou fazer apenas a defesa da interdisciplinaridade, mas sim dirigir um veemente apelo aos cientistas para convencerem o público, o Congresso dos EUA e a administração Obama que «o investimento na investigação que cruza as ciências da vida, da física e da engenharia é um investimento vital na saúde humana, no bem estar ambiental, na prosperidade económica». Para além destes benefícios gerais e altruístas do investimento em ciência, é fácil perceber que Susan Hockfield faz este apelo na convicção de que um tal investimento será uma vantagem para a sua instituição, mas também para o investidor público, porque o MIT pode dar-lhe garantias de ter equipas extensas, qualificadas, treinadas para experimentar e para obter resultados, sobretudo equipas focadas em resultados e práticas que tragam benefícios e bem estar à sociedade que financiou a investigação científica.

Outras instituições fazem o mesmo apelo e envolvem os seus cientistas em programas que têm tanto de investigação como de publicitação. O apelo de Hockfield serve para sublinhar em que áreas o investimento massivo tem sido e continuará a ser feito. As Ciências sociais e humanas não são tidas como parte deste progresso que parece vir apenas da conjugação entre o governo, a universidade e a indústria. A criação de uma “sociedade do conhecimento” que de facto tem o seu centro de interesse não na sociedade, nem no conhecimento, mas numa economia assente na exploração das conjugações possíveis entre investigação científico-tecnológica e indústria, será uma sociedade amputada. O que impede as Humanidades de ter um programa semelhante que coloque os seus contributos para a sociedade no centro de atenção? Porque não

[8] S. Hockfield, «The Next Innovation Revolution», Science, 232, n° 5918 (27 Feb 2009) 1117.

desempenham as Humanidades um papel neste desiderato, também tão académico, de busca de sociedades viáveis e sustentáveis? Não é indispensável um sobressalto de humanidade que traga a discussão sobre outras formas de felicidade e realização cívica para o centro do debate económico?

A sociedade é imediatamente mais sustentável, realizada e feliz por ter acesso a utensílios de base electrónica, a mais recursos médicos, a medicamentos inteligentes, a novos produtos de forte incorporação tecnológica? Provavelmente não. A cada nova vaga tecnológica parecem até mais notórios os casos de desconfiança face à ciência e de desorientação, causados pela incapacidade de absorver ou de compreender todas essas disponibilidades de recursos que, para uma parte da humanidade, crescem exponencialmente. Pelo menos uma parte das patologias do nosso tempo poderia ser travada com um sustentado investimento em educação, em cultura, em conhecimento, numa palavra, em humanidade, que ajudasse a resistir a todas as formas de manipulação e a garantir o acesso e usufruto pelos cidadãos de bens imateriais que fazem parte do bem viver de um cidadão que ousa pensar. As literaturas, o domínio de diferentes línguas, o conhecimento do passado, a fruição do património e do espaço, a leitura crítica dos media, a discussão de argumentos, abrem outros tantos campos onde a investigação e os serviços são possíveis e necessários para uma sociedade equilibrada e sustentável. Por que temos receio em mostrar as nossas competências nesses domínios? E quanto não ganharia a sociedade e a cultura em tê-las de modo mais próximo ao seu serviço? Semear iniciativas nestes domínios tem um baixo custo e um mais elevado retorno. Há uma desproporção entre o investimento e o retorno em Humanidades e em Ciências tecnológizadas (muitas vezes de investimento intensivo e reduzido ou nulo retorno), que não temos sabido valorizar apesar de ser claramente favorável às Humanidades.

Há um erro para o qual os decisores nacionais e europeus estão a conduzir as universidades e a sociedade com uma distribuição desequilibrada dos investimentos na chamada “economia do conhecimento” (que é cada vez mais fluxo financeiro para sectores privados e menos conhecimento). Para que o financiamento em tecnologia, indústria e inovação empresarial tenham efeitos duradouros e positivos, é necessário o investimento na cidadania e na cultura, os dois pilares que estão a ser mais descurados no desenvolvimento sustentado. Sem este equilíbrio, a parafernália tecnológica esgota-se em tornar os cidadãos ávidos dela, consumidores mas vazios e desorientados. As próprias equipas que trabalham nos domínios onde ocorre o investimento que visa induzir a inovação tecnológica e empresarial, estão cada vez mais conscientes da necessidade de integrar competências da área das Ciências Sociais e das Humanidades. Para não sermos apanhados desprevenidos, deveríamos ocupar-nos em compreender melhor as implicações das nossas actividades na vertente económica, que toda a investigação científica também comporta. Temos também a responsabilidade de saber ler as expectativas da sociedade e de lhes corresponder de modo adequado e simetricamente inovador.

A outra lição do artigo que citei é fazer-nos pensar que é uma função dos cientistas e dos dirigentes de universidade convencer o público e os governantes que o investimento na área das Humanidades é indispensável pelo contributo que seguramente dará ao

desenvolvimento de uma sociedade equilibrada, sustentável, integrada, cosmopolita, aberta à diferença e ao outro. Estas características do cidadão de uma sociedade aberta e tolerante podem ser cultivadas com a tradição das Letras, isto é, das Humanidades e das Ciências Sociais.

Tendo em conta a natureza do conhecimento em Humanidades, a nossa experiência de investigação e de formação, a qualificação dos nossos quadros docentes, o dinamismo científico e as redes já constituídas, a disponibilidade de recursos de investigação e o claro *deficit* público e social nesta área, a nossa Faculdade reúne condições para formar uma grande unidade de investigação, um Laboratório de Estado, no domínio das ciências humanas e sociais que poderia acolher também outros domínios afins dentro da Universidade. Não seria difícil mostrar que a Universidade, a sociedade e o Estado teriam tudo a ganhar com o contributo que poderíamos dar na maior interconexão entre ciência e sociedade, para a eficácia das instituições e do ensino, para o desenvolvimento socialmente sustentado e, porque não dizê-lo, para a realização das melhores aspirações individuais dos cidadãos.

A criação de um Laboratório de Estado em Ciências Sociais e Humanas, com investigação em áreas de diversificadas, garantida por financiamento regular no médio prazo, estimularia o desenvolvimento e a consolidação de programas científicos cruzando investigação, ensino, prestação de serviços. É possível continuar a fazer investigação com unidades pequenas e por projectos individuais, mas estamos em condições de dar um salto para um novo modelo de operação. Outra dimensão crítica, o planeamento conjunto entre diferentes domínios de conhecimento e uma organização adequada, permitiriam integrar meios, criar e profissionalizar estruturas de gestão de ciência, fixar cientistas e investigadores promissores, aspirar ao desempenho de um papel mais activo na competição global pelos financiamentos nacionais e sobretudo internacionais. Enquanto instalação permanente e alargada de investigação, esta unidade contribuiria para o alargamento do impacto regional da actividade científica, passando a actuar também nos planos nacional e internacional. Sobretudo daria um contributo mais decisivo para disseminar e transformar o conhecimento em elemento de coesão social.

No domínio do financiamento creio que há um outro constrangimento mais urgente a superar. Trata-se da crónica insuficiência económica para o funcionamento regular e para a expansão e qualificação da nossa actividade de ensino, que deverá continuar a ser o fulcro de uma escola universitária, todos os ciclos e programas de ensino considerados. A Faculdade de Letras consegue gerar um volume assinalável de receitas próprias. Os números indicam que somos mesmo a faculdade da Universidade de Porto que em proporção mais gera e depende de receitas próprias, actualmente já acima dos 50%. Se esse é um bom indicador para a Universidade, nas nossas condições isso não é uma vantagem, é um garrote, tanto mais que essas receitas próprias são em grande parte propinas, recebidas de modo sazonal e com uma grande taxa de incumprimento, agravada nas actuais condições de crise de emprego, incumprimento explicável sobretudo pelas características sociais dos estudantes de Letras. É necessário que a Universidade e a Faculdade de Letras consigam aumentar a contribuição das transferências do orçamento de Estado para a sua actividade. Sem

isso há um estrangulamento que bloqueia de modo inultrapassável toda a actividade da gestão e concentra qualquer direcção no limiar da luta pela sobrevivência imediata, sem poder fixar metas, inovar na gestão ou consolidar actividades e serviços. Como podemos fazê-lo?

Podemos apostar na expansão da oferta de formação, do acolhimento de novos estudantes em novas formações. Mas, se concentramos as nossas energias nessas vias, creio que entraremos numa espiral descendente tornando-nos a prazo num centro de certificação de competências e não numa instituição de produção e crítica de conhecimento, função principal que o ensino universitário nunca poderá perder de vista. Por outro lado, o centramento prioritário nesses tipos de formação traria um sub-aproveitamento da formação avançada e da obrigação de actualização permanente dos docentes. Devido à sua aposta, sobretudo na última década, a Faculdade de Letras tem um corpo docente altamente qualificado, doutorado a quase 100%. Essa vantagem, que representa também uma maior despesa, tem que ser convenientemente financiada pelo Estado. Não podemos deixar de o exigir como retribuição por um indicador tão favorável fornecido pela Faculdade à Universidade.

16

A oferta de novas formações não se pode fazer à custa da eliminação da actualização do corpo docente pela investigação científica, que precisa de tempo e de condições próprias para ser criativa e não a simples repetição do mesmo. Pela mesma razão, um ensino que forme pela aprendizagem participada e não pela repetição banalizadora, tem que envolver formas de trabalho com grupos de dimensão mais reduzida. A aprendizagem em Humanidades tem uma dimensão prática que não temos podido ou sabido realizar. A solução deste impasse poderá passar por modalidades convenientemente financiadas de integração de estudantes de ciclos avançados em funções tutoriais e de complemento de ensino, o que criará as possibilidades de uma permanente renovação de pelo menos uma parte do corpo docente.

Por outro lado, se não o Estado, pelo menos a Universidade tem que repensar as condições que oferece para o ensino nos diferentes domínios científicos, desfazendo ou amenizando disparidades de financiamento por via do cálculo dos rácios professor/estudantes. Sei que a questão é árdua e é cara, mas não pode ser ignorada. Sobretudo porque ela comporta em si uma desvalorização comparativa e injustificada do ensino e da formação em Humanidades, com consequências negativas numa relação pedagógica formativa que queremos que seja de qualidade.

2. Humanidades e avaliação da investigação

Criar uma nova percepção pública das Humanidades não será fácil e levará o seu tempo, como sabemos pela experiência com as agências de financiamento e avaliação de ciência. Diga-se que a natureza amarga desta experiência não é exclusiva das Humanidades, podendo até haver outros domínios com razões de queixa mais fortes, embora tenhamos um motivo de queixa acrescido. Neste domínio quero falar apenas dos critérios de avaliação da produção científica, porque nos relatórios de actividade nos pedem a quantificação do impacto das nossas publicações, um

indicador que pura e simplesmente não existe para o nosso domínio, ou é de todo marginal. É, uma vez que por vezes se admite que não o consideremos, o mesmo é dizer-nos que não consideremos nem contabilizemos a nossa produção porque ela não é aferível por esse critério. A simplificação da avaliação através de fórmulas de cálculo de rácios de produtividade é pobre, injusta e banalizadora do conhecimento. No caso das Humanidades e das ciências sociais é trabalho de anos de investigação que pura e simplesmente não conta, ou que será mencionado de maneira enviesada para que conte. É compreensível que as agências de avaliação usem este critério para as áreas que dele dispõem, mas não é admissível tomá-lo como critério em áreas onde é inexistente. Não nos basta recusar que se apliquem a todos os domínios do conhecimento critérios uniformizados de avaliação, porque em diferentes domínios estão também em prática procedimentos completamente distintos de investigação, de duração da pesquisa, de criação e de validação da descoberta, de divulgação e publicação dos resultados do trabalho científico.

Não podemos legitimamente comparar o impacto de um artigo com investigação laboratorial em química com 3 páginas e assinado por dezenas de autores, redigido em pouco tempo, discutido e melhorado após discussão com os avaliadores de uma revista de topo, pré-publicado em rede e difusão quase imediata na comunidade científica especializada, que tem normalmente um tempo de vida útil muito reduzido mas durante o qual pode ser citado dezenas de vezes, não o podemos comparar, dizia, com um artigo de 30 páginas escrito solitariamente a uma mesa de trabalho, com demorada investigação documental ou de campo e baixo investimento económico, publicado numa revista prestigiada algum tempo após a sua conclusão, mas cuja vida útil pode ser de décadas e começar a ser verdadeiramente influente e difundido nesse domínio só ao fim de alguns anos.

Não nos basta recusar a uniformização de critérios de avaliação. Devemos contribuir para a discussão de critérios que adquiram uma certo consenso no respectivo domínio. É normal um grande bioengenheiro ou um neurólogo de topo fazer toda uma grande carreira sem nunca ter publicado um livro no seu domínio científico. Mas em Humanidades, o impacto mede-se sobretudo por essas publicações. Chega-se assim à situação caricata em que aplicando aquele critérios dos factores de impacto tem mais peso uma citação de um livro numa revista com factor de impacto, mesmo que ela seja arrasadora, do que a publicação de um livro realmente inovador e com um acolhimento muito favorável.

A publicação de conhecimento em Humanidades tem modalidades e circuitos próprios que devemos exigir que sejam valorizados. É por isso que não basta a recusa de modelos que podem ser muito adequados para outros domínios (mas certamente também aí são criticáveis, falíveis, sujeitos à fraude e manipuláveis) e cuja importação não tem qualquer ganho para as Humanidades e as expõem ao risco de produzir inanidades quantificáveis ou de reorientar-se para práticas artificiais apenas para se conformar a um critério externo.

Para dar um exemplo, Susan Hockfield, bióloga e neurocientista muito reputada que já citei, é Presidente do Massachusetts Institut of Technology e nessa qualidade

foi no passado dia 25 de Novembro agraciada no Salão Nobre da Academia das Ciências de Lisboa com título de doutor *honoris causa* por três universidades portuguesas (Universidade do Porto, Universidade Técnica de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa)^[9]. Além de ser presidente da instituição com a qual o estado português assinou um contrato de financiamento no âmbito das engenharias^[10], Susan Hockfield é uma cientista notável e com uma carreira de administração universitária brilhante, sem nunca ter abandonado a investigação: 75 artigos, 29 capítulos de livros, 4 patentes. Mas, pelos critérios utilizáveis por um júri de concurso em Ciências sociais e humanas, o seu curriculum é medíocre: publicou apenas um artigo em nome individual e de apenas 3 páginas, todos os outros são trabalhos de grupo, alguns deles com a mesma dimensão ou menor. Não publicou um único livro da sua autoria. Seria inadmissível aplicar os critérios de um júri em Humanidades para avaliar um *curriculum* que no seu domínio é certamente brilhante.

O mínimo que podemos exigir é, pois, que as agências de classificação validem de modo conveniente a especificidade do trabalho de investigação e de publicação em Ciências sociais e humanas. Não devemos aceitar que o nosso trabalho não seja tido em conta por não caber num critério particular que está a pretender-se generalizar. Porque são comuns a todos os domínios e por isso exigem um outro tipo de discussão, não menos urgente, deixo de lado as questões conexas de tráfico de influências no acesso a publicações de renome, da captura de revistas por programas e interesses de grupo, do uso da indústria de edição científica por instituições e países para assegurar o seu próprio predomínio.

É do interesse das Humanidades que sejam introduzidos princípios de validação *inter pares* do ambiente e condições de pesquisa, das publicações, da produção científica, dos efeitos do conhecimento criado, sobretudo hoje que basta ter dinheiro de um projecto para publicar tudo, sem qualquer filtro de qualidade (de facto isto sempre assim foi e também se verifica nas outras áreas). A nossa participação na definição desses critérios deve ser urgente e activa. A investigação em Ciências sociais e humanas também deve tornar evidentes que efeitos positivos tem para a economia, as instituições, a sociedade e os cidadãos. Neste domínio científico, vasto e complexo, o impacto de publicações é um indicador pobre porque se centra sobretudo na quantificação da capacidade de influenciar as agendas de investigação ganhando mais citações, mas ignora a consideração dos meios envolvidos, dos financiamentos recebidos, da qualidade das publicações, dos seus efeitos fora do campo da investigação, aquele onde é justamente mais importante, dada a sua dimensão crítica e metacognitiva. Pela introdução de novos indicadores, de aferição mais demorada mas possível, temos que exigir que os nossos dirigentes e as instituições que financiam a investigação saibam apreciar e

[9] O CV de S. Hockfield, actualizado no site do MIT em 30.11.2009 mencionava assim esta distinção: «Doctoral degree (*honoris causa*), Technical University of Lisbon (Universidade Técnica de Lisboa), Spain, 2009» (p. 2), <http://web.mit.edu/hockfield/hockfieldcv.pdf>

[10] O programa de formação e investigação visa desenvolver parcerias estratégicas internacionais com universidades e indústrias portuguesas e assim reforçar a base de conhecimento nacional, através do investimento em capital humano e do reforço das instituições nacionais de investigação. Ver nota 11.

validar de modo específico práticas científicas diferenciadas, no interesse do próprio conhecimento e da ciência.

É certamente a mesma desvalorização que poderá explicar porque é que o Estado não valoriza a internacionalização em Ciências sociais e humanas. É sintomático que o Governo e a sua agência para a ciência não tenham criado para esta área um programa de parcerias internacionais semelhante ao que financiam na área da formação avançada em certas das tecnologias, das ciências e da medicina com o Massachussets Institute of Technology, a Carnegie-Mellon University, a Fraunhofer-Gesellschaft, o Laboratório Ibérico de Nanotecnologia, a Harvard Medical School, a University Technology Enterprise Network com a University of Texas at Austin^[11]. As Humanidades estão arredadas destes programas embora nestas mesmas instituições, por exemplo no MIT, na Carnegie-Mellon, na University of Texas, existam fortíssimos departamentos de Ciências sociais e humanas, Estudos culturais, Filosofia. É certo que pela mais forte carga de escola e ideológica nestes domínios, um programa focado no intercâmbio com uma única instituição seria mais negativo que positivo, mas haveria outras formas de estimular de modo consistente e competitivo as parcerias internacionais. Não podemos desistir de o exigir e não podemos deixar que esta discriminação, decidida pelas autoridades nacionais, seja ignorada. Compete-nos mostrar a viabilidade de uma inversão de prioridades, até porque mais rapidamente a investigação em Ciências sociais e humanas se colocará num patamar de excelência internacional e com capacidade para fornecer formação avançada e serviços a países terceiros.

A transferência de conhecimento entre a universidade e os cidadãos parece ser hoje uma das maiores insuficiências e incapacidades da ciência enquanto instituição. É um enigma das decisões políticas e do desinteresse das universidades porque é que o contributo das Ciências sociais e humanas continua a ser tão ténue neste domínio^[12].

3. Humanidades e limites das disciplinas

Se as Humanidades querem assumir de modo pleno as suas responsabilidades sociais, contribuindo para uma sociedade equilibrada, para uma economia sustentável, devem ocupar-se do alargamento da formação de base dos seus estudantes. É um resultado a prazo, mas para ser alcançado tem que se começar já a explorar as possibilidades de simbiose entre ensino, formação avançada, serviços e emprego. Hoje qualquer

[11] Veja-se a página do programa de parcerias internacionais financiadas pela FCT (consultada em 02.12.2009): <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/cooptrans/parcerias/index.phtml>

[12] Ver a página da Comissão Europeia sobre o programa de aumento do investimento europeu em investigação para 3% do produto interno bruto da União Europeia, para o qual constituiu a comissão de peritos “Knowledge for growth”: http://ec.europa.eu/invest-in-research/monitoring/knowledge_en.htm (consultada em 02.12.2009). A página é dinâmica e o panorama pode ir sendo alterado a cada momento, mas a ciência social verdadeiramente presente é a Economia, por razões óbvias que não têm a ver com o conhecimento, mas com a gestão do investimento. De qualquer modo, é também evidente que nas Humanidades não estamos a saber aproveitar, por desinteresse ou falta de comparência, as oportunidades oferecidas pela criação da European Research Area (ERA).

profissional, mas também qualquer cidadão, deve dominar uma série de competências e de ferramentas de base tecnológica que não se aprendem apenas na universidade, mas que é indispensável que saibamos integrar. Também numa faculdade de Letras é necessário oferecer algo mais, criando um sistema mais aberto de composição dos currícula, que dê especialização e abertura ao conhecimento.

Atravessamos actualmente uma reforma que, ao contrário do que alguns chegaram a vaticinar, a prazo redundará na frequência da Faculdade por um maior número de estudantes durante mais tempo, dado o aumento do número de estudantes a frequentar o 2º e o 3º ciclos. Em Letras, em percursos optimizados, há vinte anos os três ciclos poderiam demorar em conjunto 14 anos, hoje demoram 8 anos. Mas, os mestrados e doutoramentos eram frequentados por um número residual de estudantes. Hoje tudo mudou e espera-se que em breve as faculdades tenham em pós-graduação pelo menos metade dos estudantes de graduação. Neste crescimento da população estudantil no ensino superior está implícita toda uma alteração de perfil e de qualidade na função das universidades.

20

Por outro lado, em consequência da extensão da escolaridade obrigatória até ao 12º ano, é expectavelmente que nos próximos anos o número de estudantes de primeiro ciclo em toda a universidade tenda a aumentar, todas as faculdades consideradas. Esses estudantes chegam com formações muito díspares, com lacunas de formação, mas também com outras aspirações a um conhecimento mais amplo, pelo menos nos primeiros anos de frequência universitária. Nesse quadro, as Humanidades têm que ser dinamizadoras de um esforço de convergência entre disciplinas, abrindo os seus planos curriculares quer à inclusão das ciências naturais e tecnológicas, quer à disponibilização das suas formações a todos os cursos da universidade. As Letras, dada a diversidade das suas áreas, que de um modo ou de outro cruzam todos os campos de conhecimento e dos interesses culturais, podem oferecer passagens transversais entre todos os domínios e graus de ensino na Universidade do Porto.

A não existência de um *campus* dificulta estes cruzamentos. É, por isso, necessário anular o efeito das fronteiras físicas e disciplinares, onde elas existam. Talvez se consiga com um modelo menos proprietário da docência e da afiliação numa estrutura de gestão docente. As possibilidades são várias, desde a circulação de estudantes, à circulação de docentes entre unidades orgânicas. Eu creio que se deveria abdicar um pouco da rigidez do nosso modelo do departamento como proprietário da docência, passando a circulação sobretudo para a unidade curricular, a ser oferecida onde seja necessária. A leccionação de uma unidade curricular em ambientes e para públicos diversificados, adaptando os saberes a novas ecologias e não forçando a que tudo se adapte a corpos rígidos de conhecimento, redundará numa nova e mais rica dinâmica para as próprias ciências humanas.

Esta abertura é também possível com o envolvimento de estudantes de doutoramento na docência e no acompanhamento tutorial, criando assim condições de experiência para este nível avançado de formação e praticando uma certa forma de renovação e mobilidade do corpo docente, que está praticamente estagnada por questões geracionais e pelos constrangimentos financeiros já referidos. A renovação docente poderia ser mais

gradual e permanente e não por efeito da substituição de inteiras faixas geracionais, como tem acontecido. A mudança de perfil da população estudantil, pode ser uma vantagem para os próprios estudantes, mas também para a instituição, se ela souber estimular e aproveitar as suas competências.

Algo em que temos que trabalhar mais seriamente é na criação de um ambiente de empenhamento no estudo. Queixamo-nos muito da impreparação dos estudantes, mesmo de uma certa indisciplina que começa a entrar-nos pelas salas. Temos que introduzir um padrão de exigência, criando um ambiente de estímulo e curiosidade pelo saber e pela discussão desinteressada. Mas, não estamos a cumprir o nosso papel quando abandonamos os estudantes ao calendário de duração anual das suas práticas simbólicas de submissão, de humilhação e de consumo de formas absurdas de autoridade. Essas praxes, caducas embora de iniciativa estudantil, são um obstáculo forte a viver a universidade como instituição de conhecimento e de trabalho sério de formação. Muitas experiências e actividades poderiam contrariar esta situação ou reduzir o seu impacto excessivo.

No domínio da mobilidade internacional estudantil a Universidade do Porto é líder e tem uma atitude proactiva muito dinâmica. Contudo permito-me sugerir que poderia ser criado um programa, obviamente aberto a toda a Universidade, de complemento de financiamento da bolsa ERASMUS, que desceu a níveis que tornam impossível para a maioria dos nossos estudantes a experiência da mobilidade internacional, que hoje é cada vez mais indispensável para uma formação aberta a novos contextos da vida académica.

As Humanidades não podem também deixar de estar abertas a acolher os melhores estudantes, nacionais e estrangeiros, sobretudo no âmbito dos doutoramentos e do pós-doutoramento. Esse será um contributo indispensável para a qualificação dos programas de estudos e de investigação científica. Temos, por isso, que nos preparar para oferecer melhores condições de estudo e de investigação que nos permitam competir pelos estudantes mais promissores, nacionais e estrangeiros, para o que temos que conseguir condições e financiamentos adequados, logo que a Universidade os disponibilize no âmbito do contrato programa que assinou com o Estado.

4. Humanidades, tempo e trabalho

São necessárias alterações substanciais no modelo de funcionamento e de utilização do tempo pelos diferentes corpos da universidade. A universidade precisou sempre, mas hoje, dadas as solicitações de reporte permanente da sua actividade, precisa ainda mais de um *staff* competente que liberte tempo aos doentes e investigadores para trabalho de ensino, de orientação, de investigação. Estas são as suas tarefas académicas principais e secundarizá-las face às urgências da burocracia ou da gestão é um desperdício de recursos. Em Humanidades a existência de um *staff* qualificado, competente e dinâmico é tão vital como em qualquer outra Faculdade. Por inércia, muitas funções de gestão e burocráticas têm sido assumidas pelo corpo docente, em óbvio prejuízo das funções académicas.

Para um desempenho consistente das suas funções, a Universidade precisa de empenho e dedicação dos seus diferentes corpos. Com orientação estratégica e avaliação permanente, deve também seleccionar os melhores quadros e dar-lhes a retribuição adequada. Pelo seu trabalho, os funcionários, docentes e não docentes, têm o direito à expectativa do reconhecimento do seu trabalho e dedicação, com uma ligação contratual estável e duradoura. A Universidade não pode esperar a dedicação profissional dos seus corpos precarizando as relações laborais, e fazê-lo só com alguns (geralmente com os não docentes, muitas vezes mantidos em situação de indefinição contratual para lá de um período probatório razoável) é injusto e também mina a coesão necessária à instituição. A Universidade também tem nesse aspecto que ser exemplo para a sociedade e a economia mostrando que os laços fortes, os que fazem uma comunidade, têm na sua base o reconhecimento da pertença, a qual tem neste domínio uma expressão legal que é um contrato de trabalho duradouro. A universidade não pode diferir continuamente a celebração de um vínculo estável com uma parte muito importante dos que a fazem e nela investem as suas competências e os seus afectos.

A Universidade, as suas faculdades, os seus serviços não poderão nunca assumir novas missões amputando outras. A sustentação do desenvolvimento faz-se também pela consolidação do uso do tempo, pela atribuição de competência e pela sua justa avaliação, não pela precarização das relações laborais. Se optar por essa via, a universidade não terá nem a força moral nem a solidez institucional para mobilizar as suas energias no cumprimento de novas funções.

5. Humanidades e espaços universitários

A universidade é uma instituição de estudo e de criação, que não é possível sem o necessário repouso, lazer e distensão. Por essa razão, a Universidade, a Faculdade, deve oferecer aos seus estudantes e a todos, condições para acesso e usufruto de música, desporto, dança, teatro, leitura, cinema e todas as formas lúdicas de rentabilizar o saber. Um dos contributos das Humanidades para a sociedade está justamente na criação cultural. De novo temos aqui um espaço de convergência de domínios de estudo, de vivência, de investigação, que não podemos alienar e onde uma série de iniciativas criadoras poderiam germinar. A capacidade organizativa e interventiva dos estudantes não tem sido convenientemente aproveitada pela universidade para integrar estas actividades no quotidiano académico. Neste domínio, os estudantes devem ser estimulados a uma participação mais activa e criativa que, com vantagem para todos, sobretudo para os próprios, bem poderia substituir as referidas práticas inanes mas por vezes infames de submissão ritual.

A responsabilidade das Humanidades não se esgota na oferta de visões de mundo, que, espero, sejam plurais, cosmopolitas, democráticas e abertas à aceitação do outro. Existe uma responsabilidade inalienável de cada Faculdade para a formação dos seus estudantes e dos seus profissionais na consciência da pluralidade dos desafios que a sociedade nos coloca. Uma Faculdade de Letras também tem que ser um

laboratório de alternativas, de novas vias, de experimentação nos vários domínios dos saberes com que trabalha. Tem por isso que ter condições para, no seu interior e em articulação com diferentes actores sociais, económicos e industriais dar uma formação e experiência adequadas.

Deve para tal poder oferecer possibilidades de trabalho e investigação em vários domínios, estimular a criação de serviços, ter os seus investigadores e estudantes a intervir em contextos diversificados. Para isso precisa de instalações, precisa de espaços adequados, para fornecer serviços ao exterior, para trazer o exterior para o seu interior. Habitualmente os estudantes de uma faculdade de Humanidades não são convidados a criar serviços, a experimentar novas formas de organização que depois poderiam autonomizar em empresas próprias. Pelo menos aqui não o podemos fazer por falta de condições e de espaço que permitissem identificar actividades, encontrar parceiros e dinamizá-los em novos serviços.

O desenvolvimento de um sector de prestação de serviços, articulado com o ensino e a investigação, onde as Humanidades têm quase tudo por explorar, orientado para a formação e a ligação aos sectores social e cultural só podem ser agilizados com espaços próprios de que necessitamos urgentemente. São indispensáveis instalações que permitam às diversas unidades de investigação, aos departamentos, aos cursos, por em prática este tipo de actividade.

Há 15 anos, desde a transferência de instalações, que esta Faculdade de Letras está por concluir, faltando-lhe ainda todo um edifício. Há 15 anos que se espera que com uma reorganização dos cursos diminuam os estudantes, tornando assim necessários menos professores para libertar espaços. A solução, que é contraproducente, não teve até agora resultados visíveis. Pelo contrário, é necessário aumentar a dimensão do corpo docente, dado o crescimento da oferta de cursos e o aumento do número de estudantes.

Enquanto a Faculdade não dispuser de espaços adequados para estas actividades, uma parte importante das possibilidades de trabalho e de inovação em Humanidades, nos domínios do estudo, da investigação, dos serviços e das actividades estudantis, não poderá ser posta em prática de modo mais generalizado e consistente. Também aqui a Universidade e o Estado têm a sua parte a fazer.

III. Conclusão, sobre o futuro

A situação das Humanidades no tempo presente e no âmbito das universidades e do sistema científico nacional exige de nós uma atitude muito reivindicativa e muito empenhada. Será o único modo de inverter pelo menos as situações mais disfuncionais e de garantir aos nossos estudantes as melhores condições para uma aprendizagem de qualidade. Está no nosso poder criar um plano intersectorial para as Ciências Sociais e Humanas que as articule entre si e as abra à Universidade e à sociedade. É nosso dever pô-lo em marcha, sendo depois necessárias cumplicidades e condições para o realizar.

Tendo todas as possibilidades para agarrar o futuro, hoje, nesta Faculdade de Letras, temos razões para estar confiantes nas nossas competências para criar conhecimento e transformá-lo em formação útil. Pelo menos as possibilidades estão em aberto e, em boa parte, dependem das nossas capacidades para reivindicar e para realizar.

A Universidade do Porto fará em breve 100 anos. Nos últimos anos o crescimento e qualificação em todos os domínios têm sido constantes, em resultado das metas ambiciosas que foram fixadas. Por isso, senhor Reitor, caros colegas, gostaria que nos próximos anos, não digo nos próximos 100 porque seria pretensioso, mas, pelo menos nos próximos 4 anos, a Universidade tivesse uma agenda de desenvolvimento institucional e científico onde as Humanidades pudessem desempenhar de modo ainda mais amplo e aprofundado o seu papel e as suas responsabilidades. Alargando e gerindo de modo articulado a massa crítica indispensável à produção de conhecimento, surgirão possibilidades formação avançada e de investigação em domínios de cruzamento e de fronteira, onde, por natureza, emerge a inovação com mais impacto e mais duradoura. As Humanidades podem dar o seu contributo para colocar a Universidade do Porto em plano de destaque no âmbito nacional e internacional. Seria o melhor modo de celebrar pelo conhecimento os 50 anos que a Faculdade de Letras também em breve fará.

São necessárias vias de compromisso e de empenhamento partilhadas. Sei que não é tão fácil como o quis fazer crer. Mas, estou certo que com a nossa disponibilidade e empenhamento saberemos corresponder a novos desafios que, afinal, são também o sal do conhecimento, da nossa profissão e das nossas vidas.

Tendo terminado, e mesmo tendo presente o adiantado do calendário, desejo para todos nós e para a nossa instituição um excelente ano académico.^[13]

[13] Revisto e completado para publicação. Dada a natureza do texto, as notas foram reduzidas ao mínimo indispensável e em geral remetendo para documentos de actualidade.



José Francisco Preto Meirinhos (Picote, Miranda do Douro, 1960-) é professor do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), onde ensina Filosofia Medieval nos cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento em Filosofia. Em 2009 também ensina Filosofia na Faculdade de Engenharia da UP e Codicologia nos cursos de mestrado ou doutoramento em História e Património, Ciência da Informação, Crítica Textual e Crítica Genética da FLUP. É director do Programa doutoral em Filosofia da FLUP e em Roma coordena o *Mediaevalium Studiorum Diploma Europense – Medii Aevi Latinorum Scriptorum Fontium Studii* Diploma (Diploma Europeu de Estudos Medievais – Diploma de Estudos das Fontes Escritas Latinas da Idade Média) em que participam mais de 20 universidades europeias. É presidente do Instituto de Filosofia, unidade de investigação classificada com excelente pela FCT. Desde 2003 é secretário da Fédération Internationale des Instituts d'Études Médiévales, Louvain-la-Neuve. Editou e publicou artigos e livros nas suas áreas de especialidade em diversos países. Foi membro da Assembleia Estatutária da UP, é membro eleito da Senado da UP.

Vive no Porto, casado com Zilda Costa, e os dois filhos, Francisco e Miguel.

URL da página pessoal: <http://web.letras.up.pt/meirinhos/>